

“CARTEIRA INDÍGENA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E NA PROMOÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO EM MATO GROSSO DO SUL”.

Leonardo Gomes Santana¹
Anastácio Peralta²

RESUMO: Esta comunicação aborda as ações da *Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas - Carteira Indígena/CI*, no Mato Grosso do Sul, entre 2004 e 2008, com o objetivo de avaliar, a partir da percepção dos indígenas beneficiados e de técnicos, as principais contribuições e desafios dessas ações no que se refere ao combate à insegurança alimentar e nutricional e à promoção do desenvolvimento sustentável junto aos Povos Indígenas; bem como identificar ações, com foco na gestão ambiental e territorial, a serem construídas com as comunidades já beneficiadas pela CI e demais comunidades que ainda não acessaram recursos dessa ação governamental. Fruto de uma parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a CI foi criada em 2003. No Mato Grosso do Sul, a CI iniciou suas ações em 2004, com oficina de elaboração de projetos e visitas técnicas às aldeias, que se intensificaram em 2005, com a divulgação dos alarmantes índices de mortalidade e desnutrição infantil verificados entre os Guarani Kaiowá. Tais ações resultaram no envio de 81 projetos à CI, até dezembro de 2008, dos quais, 31 foram aprovados, totalizando o montante de R\$ 1.563.752,86 para benefício de 2.214 famílias, no total de 10.880 indígenas. Qual a percepção dos beneficiários, técnicos/as, consultores/as sobre os resultados destes projetos? Em que medida os projetos contribuíram para resolver ou amenizar os problemas que foram identificados quando de sua elaboração? Qual a contribuição para a melhoria do meio ambiente das terras indígenas? Como as lideranças indígenas envolvidas avaliam as ações? Quais as lições aprendidas e desafios persistentes? Estas são as principais questões a serem abordadas nesta comunicação como referência para a avaliação pretendida, bem como para explorar perspectivas de continuidade que dialoguem com as novas Diretrizes e Normas de Acesso aos Recursos da CI, pactuadas com os representantes indígenas, em setembro de 2008, e que apontam para uma maior sustentabilidade das ações, especialmente em sua dimensão socioambiental.

Palavras-chave: Comunidades Indígenas. Segurança Alimentar. Etnodesenvolvimento. Sustentabilidade.

¹ Engenheiro Florestal, assessor técnico da Carteira Indígena/SACI/GI/DEX/SEDR/MMA;

² Graduando em licenciatura em ciências sociais, Guarani Kaiowá, Membro da Comissão Nacional de Política Indigenistas, ex-membro da Comissão de Avaliação de Projetos do Comitê Gestor da Carteira Indígena, entre 2004 e 2008;

1. INTRODUÇÃO

A Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas – Carteira Indígena - foi criada em dezembro de 2003, através de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente/MMA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MDS, com recursos orçamentários do MDS alocados no Projeto de Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD/ONU – BRA 00/022 - “Apoio às Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável”, executado sob a responsabilidade da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/SEDR/MMA, com contrapartida de equipe técnica e administrativa, custeio e gestão da Carteira Indígena e eventuais aportes de recursos para projetos.

Com a marca inédita de atender os povos indígenas em todo o território nacional, com ações voltadas, especificamente, para o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental das terras indígenas e a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. É, também, uma conquista da luta dos povos indígenas para garantir a sua segurança alimentar de forma sustentável, reivindicada ao longo de anos e registrada no documento final do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas, realizado no final de 2003, resultado de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o então MESA, o MMA, a Embrapa, a FUNASA, FUNAI e MEC.

A Carteira Indígena tem o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento sustentável entre os Povos Indígenas, de forma a contribuir para a garantia do direito humano à alimentação adequada, por meio do apoio e fomento a práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, à gestão ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade das terras indígenas, com respeito às identidades culturais indígenas, estímulo ao resgate, à valorização, à manutenção e revitalização de seus conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento de sua autonomia.

A CI integra o Projeto de Cooperação Internacional Apoio às Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável - BRA 00/00/022, com recursos do orçamento da União (MDS e MMA) que são investidos em fomento e apoio a projetos apresentados por associações comunitárias indígenas, prioritariamente, e por outras instituições não governamentais e fundações, por meio de um contrato entre estas, o MMA e o PNUD.

Os projetos enviados para apoio da Carteira Indígena devem seguir rigorosamente os seguintes princípios, conforme novas diretrizes de funcionamento:

- Valorizar os conhecimentos étnicos, práticas e rituais tradicionais indígenas;
- Considerar a organização sócio-cultural de cada povo e suas características étnicas e culturais;
- Estar de acordo com o planejamento futuro de cada comunidade;
- Contribuir para o fortalecimento institucional das organizações indígenas;
- Considerar os sistemas de produção dos povos indígenas, respeitando-se suas especificidades sócio-culturais e a diversidade dos seus padrões alimentares, ou seja, as diferentes formas de se alimentar de cada povo indígena;
- Propor práticas produtivas sustentáveis, observando os princípios da agrobiodiversidade e da agroecologia, resultando em alimentos sem substâncias que possam fazer mal à saúde indígena;
- Relacionar atividades ambientais e territoriais com as atividades produtivas;
- Observar as normas e leis ambientais do país, respeitados os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios e recursos naturais;
- Valorizar as práticas próprias de cada povo, para o cultivo, produção e armazenamento de alimentos, sementes e mudas;
- Evitar a introdução de espécies exóticas de flora e de fauna (inclusive no caso da piscicultura), no ambiente da terra indígena;
- Valorizar os recursos naturais locais e seu aproveitamento nas atividades produtivas;
- Utilizar, para artesanato, preferencialmente, materiais que venham de manejo de uso múltiplo e comunitário;
- Incentivar o manejo florestal, a recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas;
- Não incentivar atividades que gerem dependência tecnológica ou de insumos industriais, estimulando, prioritariamente, o uso de tecnologias indígenas e de outras consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico.
- Utilizar os dados do estado nutricional das crianças e gestantes (SISVAN Indígena) e dados de saúde na elaboração dos projetos, sempre que possível.
- Valorizar e promover o papel da mulher indígena mediante a garantia de sua participação em caráter paritário em todas as etapas e níveis dos projetos.
- Incentivar projetos que possuam plano de gestão de resíduos (plástico, papel, óleo, outros).

A Carteira Indígena receberá projetos com foco nas seguintes linhas temáticas:

- Linha Temática 1 – Apoio a atividades econômicas sustentáveis;
- Linha Temática 2 – Apoio à realização e fortalecimento de práticas, rituais e saberes tradicionais associados à auto-sustentação econômica dos povos indígenas;
- Linha Temática 3 – Apoio à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas;
- Linha Temática 4 – Fortalecimento institucional das organizações e associações comunitárias indígenas.

Para garantir o controle social das ações, pelos indígenas e parceiros governamentais e não governamentais, a Carteira Indígena conta com um Comitê Gestor e com a realização de Oficinas Nacionais de Trabalho, além de uma ampla divulgação das ações realizadas, através de relatórios publicados no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Entre junho de 2004 e junho de 2009, a Carteira Indígena aprovou o total de 277 projetos, totalizando o montante de R\$ 11.038.234,33, sendo beneficiado um total de 77.218 pessoas distribuídas em 14.493 famílias indígenas.

Tabela 1. Distribuição dos projetos aprovados pela Carteira Indígena no Estados.

UF	Número de Projetos	Recursos (R\$)	Famílias	Pessoas
AC	07	328.223,77	500	2468
AL	07	226.657,57	433	2217
AM	06	212.096,68	441	2288
AP	01	41.170,00	20	100
BA	11	324.670,70	1308	5800
CE	37	1.591.394,00	1422	7851
ES	06	248.009,82	615	1392
MA	01	50.000,00	17	52
MG	07	373.278,07	511	2540
MS	31	1.563.752,86	2214	10880
MT	25	791.710,10	673	4817
PA	01	50.004,52	28	135
PB	03	189.041,00	215	1237
PE	42	2.363.647,19	1553	12138
PR	07	359.933,46	468	2597
RO	01	300.000,00	284	1136
RR	11	109.642,16	274	1115
RS	24	934.791,14	2020	11110
SC	13	408.490,25	486	2432
SP	28	490.238,03	1003	4760
TO	08	81.483,01	08	153
TOTAL	277	11.038.234,33	14.493	77.218

No Mato Grosso do Sul as atividades de divulgação e fomento a elaboração de projetos da Carteira Indígena iniciaram em maio de 2004, com vistas à avaliação a atuação do programa Fome Zero Indígena no Estado, a reunião foi realizada a convite do MDS em Campo Grande/MS, contando com a participação de representantes de associações indígenas, ONGs e órgãos estaduais, com o encaminhamento de buscar parcerias e traçar estratégias para o atendimento de áreas prioritárias, além da criação de uma rede de apoio aos povos indígenas, com a participação do poder público, organizações da sociedade civil e representações indígenas.

Em julho de 2004, foi realizada nova reunião em Campo Grande/MS, onde participaram técnicos da FUNAI de Campo Grande, Amambai, Núcleo de Apoio de Dourados e Posto Indígena Taquaperi, da EMBRAPA, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, do IDATERRA, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, da Secretaria de Governo do Estado, da Prefeitura de Dourados, da Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social - SETASS, da FUNASA, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA; membros de organizações indigenistas e socioambientalistas (ECOIA – Ecologia Ação, OIKOS – Cooperativa de trabalho sócio-ambiental, Fundação Biótica, IBISS); lideranças e associações indígenas. Pela então Secretaria de Desenvolvimento Sustentável/MMA, a Sra. Lylia Guedes Galetti (coordenadora da Carteira Indígena) e técnica Sra. Juliana Sarkis (Programa Pantanal). Desta reunião resultou a formação de um grupo governamental constituído pela FUNAI, IDATERRA, MMA (SDS/Carteira de Projetos e Programa Pantanal), FUNASA e EMBRAPA com o objetivo de apoiar a elaboração de projetos, junto às comunidades indígenas das áreas prioritárias da TI Taquara (município de Juti – MS), TI Arroio Corá (município de Paranhos – MS), TIs Cerro Marangatu e Campestre (município de Antônio João - MS), TI Kokue-i (município de Ponta Porã – MS), TI Buriti (municípios de Dois Irmãos e Sidrolândia – MS), Terena Urbanizados (Campo Grande e municípios de Sidrolândia e Anastácio – MS) e Acampamento Guira Roká (município de Caarapó - MS). Para tanto foram agendadas visitas às aldeias supracitadas entre os dias 9 e 18 de agosto do corrente ano.

Ainda em 2004, no mês de novembro, foi realizada a oficina de trabalho da Carteira Indígena na cidade de Dourados. A referida oficina contou com a participação de lideranças das terras indígenas das etnias Gurani Kaiowá, Nandéva e Terena, assim como de representantes da FUNAI, EMBRAPA, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Prefeitura Municipal de Dourados e Ministério da Educação.

Atividades técnicas com vistas a apoiar o fomento à elaboração de projetos foram agendadas para o primeiro semestre de 2005, com destaque para a realização de oficina de trabalho para os povos indígenas da região da Bacia do Paraguai, com a participação das terras indígenas Nioaque, Buriti, Pilad Rebuá, Cachoeirinha, Lalima, Taunay e Ipegue, Limão Verde, Bálsamo, Kadiwéu e Ofayé. A Terra Indígena Guató (ilha de Insua) ficou agendada para visita técnica à comunidade, haja vista as dificuldades de acesso e ação específica.

Com a criação do Comitê Gestor de Política Indigenista para o Cone Sul do Mato Grosso do Sul (MDS), criado pelo Governo Federal no final de 2007, porém com atuação desde 2005, as estratégias de atendimento se intensificaram, sendo priorizado pela Carteira Indígena o fomento a ações que propiciassem a produção de alimentos a curto médio prazo, com vistas a garantir a diminuição pelo menos que emergencial dos índices de insegurança alimentar e desnutrição apresentados na região do Cone Sul.

CARTEIRA INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL

Entre 2004 e 2009 a Carteira Indígena recebeu 81 projetos para benefício de comunidades/aldeias indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul, dos quais 31 foram aprovados, sendo 13 projetos aprovados na região da Bacia do Paraguai e 18 na região do Cone Sul. Do total de projetos encaminhados 41 foram reprovados, por razões distintas, desde inconsistência técnica, falta de participação da comunidade na concepção da proposta, falta de atendimento nas exigências mínimas de documentação até o envio de propostas incompletas e sem informações das comunidades a serem beneficiadas. Outros 09 projetos do MS, que fazem parte do grupo de propostas que enceram a primeira fase de funcionamento do programa (Diretrizes de funcionamento 2004/2008) aguardam apreciação do Comitê Gestor da Carteira Indígena. É importante ressaltar que projetos encaminhados por famílias/associações da Terra Indígena Dourados foram reelaborados e protocolados no Ministério do Meio Ambiente/Carteira Indígena, como nova proposta de projeto, seguindo o fluxo normativo de análise e apreciação da CI.

Os projetos aprovados somam o montante de R\$ 1.563.752,86, contribuindo para o benefício de 2.214 famílias e cerca de 10.880 indígenas.

As tabelas 2 e 3 abaixo descrevem a distribuição dos projetos nas terras indígenas e as atividades executadas pelas famílias beneficiadas. Os projetos aprovados encontram em situações distintas, quanto a sua funcionalidade, sendo 15 projetos

executados até o momento, 07 em execução, 04 em processo de pagamento e 05 atendendo a questões técnicas prevendo a formalização do contrato e plano de trabalho.

Tabela 2. Distribuição de projetos na região geográfica da Bacia do Paraguai/MS.

T.I. Bacia do Paraguai	Aldeias	Municípios	Principais Atividades dos Projetos
Buriti	07	Sidrolândia/Dois Irmãos do Buriti	Gado leiteiro e piscicultura
Taunay-ipegue	01	Aquidauana	Artesanato (corte costura)
Nioaque	02	Nioaque	Recuperação de área degradada e aproveitamento do Cerrado
Campo Grande	01	Desaldeados	Artesanato e Aproveitamento de alimentos
Guató	01	Corumbá	Artesanato e práticas de produção agroecológica
Kidiwéu	01	Bonito/Bodoquena/Porto Murtinho	Apicultura
TOTAL	13		

Tabela 3. Distribuição de projetos na região geográfica do Cone Sul/MS.

T.I. Cone Sul	Aldeias	Municípios	Principais Atividades dos Projetos
Dourados	10	Dourados	Piscicultura, artesanato, roça tradicional e criação de animais
Guyrá Roká	01	Caarapó	Recuperação de áreas degradadas e criação de animais
Amambai	02	Amambai	Horta e enriquecimento de quintais
Arroio Korá	01	Paranhos	Roça tradicional, horta, casa de reza e artesanato
Passo piraju	01	Dourados	Roça Tradicional
Limão verde	01	Amambai	Horta e roça agroecológica
Nhanderu Marangatu	01	Antônio João	Aquisição de ferramentas e materiais
Caarapó	01	Caarapó	Piscicultura e criação de pequenos animais
TOTAL	18		

AVALIAÇÃO DA CARTEIRA INDÍGENA

A Carteira Indígena vem sendo avaliada sistematicamente, com intuito de tornar mais eficiente a ação governamental junto aos Povos indígenas e, participam destes momentos de reflexão os parceiros federais (MDS, MDA, FUNAI, EMBRAPA, FUNASA e MEC), organizações indígenas, organizações indigenistas e sócias ambientais, além do público beneficiário das comunidades executoras dos projetos. A Oficina de Trabalho e um Planejamento Estratégico, realizada, nos meses de junho e

agosto de 2006, com base na avaliação preliminar da equipe e coordenação da CI, identificou pontos positivos e os desafios a serem superados na implementação da ação em âmbito nacional, levando em consideração o atendimento da Carteira Indígena nos Estados.

Quanto aos pontos positivos e potenciais da CI como ação de governo, na ocasião, foram destacados:

- O atendimento aos Povos Indígenas em todo o Brasil, inclusive aos residentes em terras não regularizadas, áreas urbanas e acampamentos;
- O respeito à especificidade das diferentes culturas indígenas;
- O estímulo à autonomia das comunidades indígenas: permitindo que as próprias comunidades sejam autoras de seus projetos e de sua execução;
- A participação e o controle social dos beneficiários;
- A garantia do atendimento especial e diferenciado às áreas indicadas como prioritárias pela I Oficina Nacional de Trabalho da CI;
- O recebimento de projetos na modalidade demanda contínua, respeitando os diferentes tempos das comunidades no acesso às informações e na apresentação de suas demandas;
- A agilidade do Grupo Gestor na apreciação de projetos das áreas prioritárias e outras decisões necessárias à eficiência do atendimento às comunidades indígenas;
- A forma de operação e procedimentos: com critérios técnicos na avaliação e com transparência no julgamento dos projetos;
- O estímulo ao fortalecimento das associações comunitárias e à auto estima das comunidades;
- Apoio, ainda que não formalizado em parcerias institucionais, de importantes parceiros federais na implementação das ações, em especial a FUNAI e a FUNASA;
- Apoio expressivo de universidades, centros de pesquisa e ONGs indigenistas e sócio ambientalistas;
- Apoio e o reconhecimento do CONSEA sobre a importância e o potencial da Carteira Indígena na promoção da segurança alimentar e nutricional e no desenvolvimento sustentável das populações indígenas;

Quanto aos nós críticos, dificuldades e desafios foram identificados os que seguem:

- Parcerias entre a Carteira Indígena e os demais órgãos federais não foram institucionalizadas, dificultando atuação conjunta em prol da qualidade de vida dos povos indígenas;

- Acompanhamento e apoio local à execução dos projetos são frágeis e a capacitação dos indígenas, assim como a assistência técnica e o monitoramento dos resultados dos projetos estão aquém do necessário;
- Acesso aos recursos ainda é complicado e a agilidade nos repasses é prejudicada pela burocracia e legislação, que dificultam, também, a prestação de contas dos projetos;
- As Diretrizes da Carteira Indígena estão desatualizadas, carecendo de uma revisão em pontos fundamentais, tais como: fortalecimento da dimensão ambiental, com estímulo mais incisivo à adoção de práticas produtivas sustentáveis; definição e indicação de áreas prioritárias para atendimento; ampliação da participação e controle social;
- Definir mecanismos de avaliação continuados e consistentes que possam demonstrar o potencial da CI como ação de governo;

A avaliação feita pelos beneficiários e parceiros não governamentais, na ocasião do mesmo seminário Nacional de Avaliação, apontou para uma reflexão mais generosa quanto ao trabalho realizado pela Carteira Indígena, muito mais positiva do que a própria análise feita pela equipe da CI e dos seus parceiros federais. Os indígenas e os representantes de instituições de suas redes de apoio, presentes ao evento, embora tenham apontado para as dificuldades e os nós críticos da ação, especialmente quanto à i) demora no repasse dos recursos; ii) precariedade do acompanhamento local; iii) capacitação das comunidades indígenas e iv) assistência técnica aos projetos; ressaltou, com destaque, que tais dificuldades, de resto são comuns a todos os programas de governo voltados para as populações indígenas e, não diminuem os bons resultados conseguidos pela CI.

Foram destacados, sobretudo, como pontos positivos no atendimento, i) o estímulo à autonomia das comunidades; ii) a confiança nas associações comunitárias indígenas, com contribuições importantes ao seu fortalecimento; iii) a melhoria da auto estima das famílias indígenas beneficiadas e; iv) resultados imediatos no aumento da produção de subsistência de milhares de famílias indígenas.

Finalmente, na avaliação política da CI é preciso destacar, em primeiro lugar, que as lideranças indígenas e comunitárias, das mais diferentes etnias, espalhadas por todas as regiões do país, corretamente, se apropriaram desta ação de governo como uma conquista dos povos indígenas, resultado de suas lutas e reivindicações, históricas e recorrentes, que incluem o apoio às atividades produtivas sustentáveis, baseadas no princípio do respeito às suas identidades culturais e no estímulo à sua autonomia. Sendo

destacado por todos a necessidade de continuidade do programa como política pública e ainda, a criação de uma “Carteira Indígena” na FUNAI.³

AVALIAÇÃO DA CARTEIRA INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL

A Carteira Indígena participou ativamente das atividades do Comitê Gestor de Política Indigenista para o Cone Sul do Mato Grosso do Sul, bem como vem ao longo dos quatro anos de ação governamental, apoiando a execução dos projetos, neste sentido foi realizada reuniões de monitoramento do projetos na Terra Indígena Buriti, nos meses de julho e agosto de 2007, além de visitas técnicas nas terras indígenas Guató, Kadiwéu e Dourados ao longo do primeiro semestre de 2009.

Como subsídio para a realização da II Oficina Nacional de Trabalho da Carteira Indígena, ocorrida em setembro de 2008, dois encontros de intercâmbio de projetos foram realizados, contando com a presença de representantes das comunidades executoras e das organizações proponentes (indígenas e indigenistas), os encontros de intercâmbios foram realizados obedecendo à divisão geopolítica definida já delineada, entre terras indígenas da região da Bacia do Paraguai e T.I. da região do Cone Sul.

No encontro junto às comunidades da Bacia do Paraguai, conduzidos por técnicos da Carteira Indígena e FUNAI, contando ainda com a participação de organizações indigenistas e sócio ambientais, ficou claro a unanimidade quanto à importância do programa, para a melhoria das condições de vida das comunidades. Isto implica na visão das comunidades beneficiadas a necessidade de continuidade do programa, mesmo sendo destacada os seguintes pontos negativos:

- demora na liberação dos recursos financeiros, que muitas das vezes é repassado após períodos implantação das atividades;
- inexistência ou deficiência do acompanhamento técnico, por falta de parcerias locais ou de indisponibilidade de recursos financeiros nos projetos, que atendam um assistência técnica de maior duração;
- fragilidade na capacitação e envolvimento dos técnicos indígenas nas atividades dos projetos aprovados;

³ Moção assinada por 140 indígenas, que integra os documentos finais da IV Conferência Nacional de Saúde Indígena e da e moção elaborada na I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, ambas realizadas em 2006. Que solicitam ao aumento da soma de recursos para a Carteira Indígena, com vistas a atender um número maior de projetos, bem como a criação de uma “Carteira Indígena” na FUNAI.

- dificuldade no acesso aos recursos financeiros, a maioria das associações acha o processo demorado e burocrático;

- dificuldades na elaboração das prestações de contas dos projetos, devido principalmente a falta de acompanhamento técnico e atividades de capacitação;

Estes pontos foram levantados conjuntamente, com a participação de representantes das famílias beneficiadas, lideranças indígenas, representantes de organizações indígenas comunitárias e organizações não governamentais.

Para as comunidades Guarani Kaiowa, Nandéva e Terena, residentes nas oito áreas de Reserva destinadas a sua ocupação no atual Cone Sul do MS, o encontro de intercâmbio funcionou como uma atividade itinerante, com a visita in loco das terras indígenas Dourados, Guyra Roka, Passo Piraju e Nande Ru Marangatu, sendo constatado a aprovação, por aclamação em todas as reuniões, da existência da Carteira Indígena, nos termos em que se apresenta aos índios. Sendo ainda prematuro avaliar o grau de alcance de seus objetivos, haja visto que é um programa que na época aprovará poucos projetos e não tinha o reconhecimento total das comunidades indígenas da região.

De acordo com o consultor contratado pela Carteira Indígena, para participar dos encontros de avaliação, o antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, descreve que *“grande parte dos projetos apresentados à Carteira Indígena entre 2005 e 2006 e aos quais esta consultoria teve acesso, apresentaram propostas de ação pouco originais, bem como retratam concepções sobre o objeto trabalhado que se assemelham em grande medida às experiências mal sucedidas do passado”*. Esta observação remete a forma de como os projetos foram delineados e elaborados junto às comunidades indígenas, em grande parte dos casos sem a devida discussão e apropriação por parte das comunidades, não havendo interesse de se fazer o que foi proposto, bem como na forma que foi proposto.

Contudo, há exceção no que se remete aos projetos Guarani, destacados no relatório do encontro de intercâmbio para o Cone Sul, os projetos de Passo Piraju e Guyra Roka, de acordo com o consultor, *“houve melhoramento da produção sustentável de alimentos; as demandas de suporte produtivo foram atendidas com redução da insegurança alimentar e aumento da sustentabilidade na produção. Pode-se dizer, ainda, que “saberes, tecnologias tradicionais e práticas comunitárias*

tradicionalmente utilizadas na produção de alimentos” foram plenamente contempladas nos projetos realizados no Guyra Roka e Passo Piraju”.

Os encontros de intercâmbio no Estado do Mato Grosso do Sul, levantaram algumas recomendações e perspectivas quanto à continuidade do programa, bem como seu efetivo atendimento as comunidades indígenas:

- Na expectativa de que a CI deverá durar no tempo – devendo ser instituída de modo a tornar-se permanente em qualquer governo –, é recomendável que se estruture para melhor poder oferecer serviços de subsidiar comunidades e localidades indígenas para reforçar suas estruturais sociais, econômicas e políticas;
- Criar mecanismos para triagem mais afinada das instituições proponentes que, muitas vezes, têm interesses incompatíveis com os indígenas;
- Embora seja investimento sofisticado – como o é a implantação de qualquer política pública – seria interessante a CI estruturar-se e encontrar formas para um conhecimento aprofundado dos projetos, o acompanhamento dos trabalhos em campo e a avaliação das atividades. Por ser, potencialmente, um leque amplo de situações, talvez caiba recorrer a especialistas e técnicos que conheçam as localidades dos projetos;
- A criação de associações indígenas em alguns casos não tem fortalecido a identidade e a etnicidade;
- Pensar na continuidade dos projetos financiados pela Carteira Indígena, considerando que projetos, por mais sustentáveis que possam ser, passam por período de instalação ou implantação que dificilmente se realiza em apenas um ano de atividade;
- Com a atualização das Diretrizes de funcionamento do programa, se faz inevitável a utilização de recursos, com vistas a promover a capacitações das comunidades beneficiadas, o fortalecimento institucional e a garantia de assistência técnica diferenciada para os Povos indígenas;
- Buscar a construção de uma rede de parceira local, envolvendo aos organizações indigenistas e sócio ambientais, organizações representativas dos Povos indígenas, órgãos estaduais e federais, de forma a economizar energia, evitando a sobreposição de ações e gastos exercíveis de recursos públicos;
- Fortalecer as ações de gestão ambiental e territorial das terras indígenas, que dialoguem com o respeito às diferenças culturais, autonomia e plano de vida desenhados pelas próprias comunidades indígenas;

- Construir um modelo de monitoramento e avaliação contínuo dos projetos apoiados no Estado do Mato Grosso do Sul, de forma a criar um fórum permanente de discussão das políticas públicas desenvolvidas no Estado, com a participação de técnicos indígenas e não índios, lideranças indígenas, representantes de organizações indígenas e indigenistas, órgãos estaduais e federais;

CONCLUSÕES

A Carteira Indígena, como ação de governo com pouco mais de cinco anos de funcionamento se apresenta como primeiro passo, na alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas, considerando que o programa ainda não garantiu o status de política pública e, portanto, não tem instrumentos para organizar economicamente os grupos indígenas em um período de tempo tão curto. Aliado a esta observação, também é importante mencionar que a problemática fundiária e a situação de degradação ambiental de algumas terras indígenas, agravam ainda mais o sucesso das atividades e o alcance dos objetivos principais da Carteira Indígena, que é o de garantir a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas.

É importante ressaltar, que não somente os produtos financiados pela Carteira Indígena são passíveis a avaliação, o processo desencadeado junto às comunidades indígenas e suas representações (organizações comunitárias), também foram importantíssimo para uma visão mais abrangente da problemática indígena no Estado.

Como forma de aprimorar o apoio da Carteira Indígena e consolidar as atividades perseguidas pelos projetos, algumas ações no âmbito das parcerias estão sendo desenvolvidas, como:

- Criação de uma rede de Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena no âmbito do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural/PLANATER do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA;
- Fomento a projetos de assistência técnica, capacitação, fortalecimento institucional das organizações indígenas e indigenistas e intercâmbios entre as comunidades indígenas;
- Discussão para a realização de seminários de etno desenvolvimento e sustentabilidade em terras indígenas;

- Apoio a projetos que dialoguem com as novas diretrizes de funcionamento do programa Carteira Indígena, orientados para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas, bem como para o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis;
- Valorização das organizações indígenas como a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e do grupo de técnicos agrícolas indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul;
- Participação nos comitês de desenvolvimento local, como o Comitê Gestor de Política Indigenista para o Cone Sul do Mato Grosso do Sul e do Grupo de Trabalho Técnico para o melhoria da cadeia do pescado, no Território da Cidadania da Grande Dourados;

As atividades de monitoramento e avaliação dos projetos são ações contínuas, bem como o incentivo nestas atividades da participação de todas as instituições envolvidas, com destaque para as organizações indígenas e famílias beneficiadas, organizações indigenistas e sócio ambientais e o poder público.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Carteira Indígena: Diretrizes Gerais de Funcionamento e Acesso aos Recursos para Projetos, MMA & MDS - Cartilha, outubro/2004;

- Carteira Indígena: Diretrizes Gerais de Funcionamento e Acesso aos Recursos para Projetos, MMA & MDS - Cartilha, setembro/2008;

- Carteira Indígena: Segurança Alimentar e Nutricional com sustentabilidade e respeito à autonomia dos povos indígenas e ao meio ambiente, MMA, MDS, PNUD, Folder, 2006;

- Carteira Indígena: Relatório de Gestão 2003-2006, com atualização em 2007, Carteira Indígena, MMA, agosto/2006;

- Carteira Indígena: Relatório da II Oficina Nacional de Trabalho, MMA, MDS, PNUD, setembro/2008;

- Carteira Indígena: Encontro de Intercâmbio com os Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul, Descrição e Análise, Antropólogo Rubem Ferreira Thomaz de Almeida, consultor Carteira Indígena/MMA/PNUD, março de 2008.